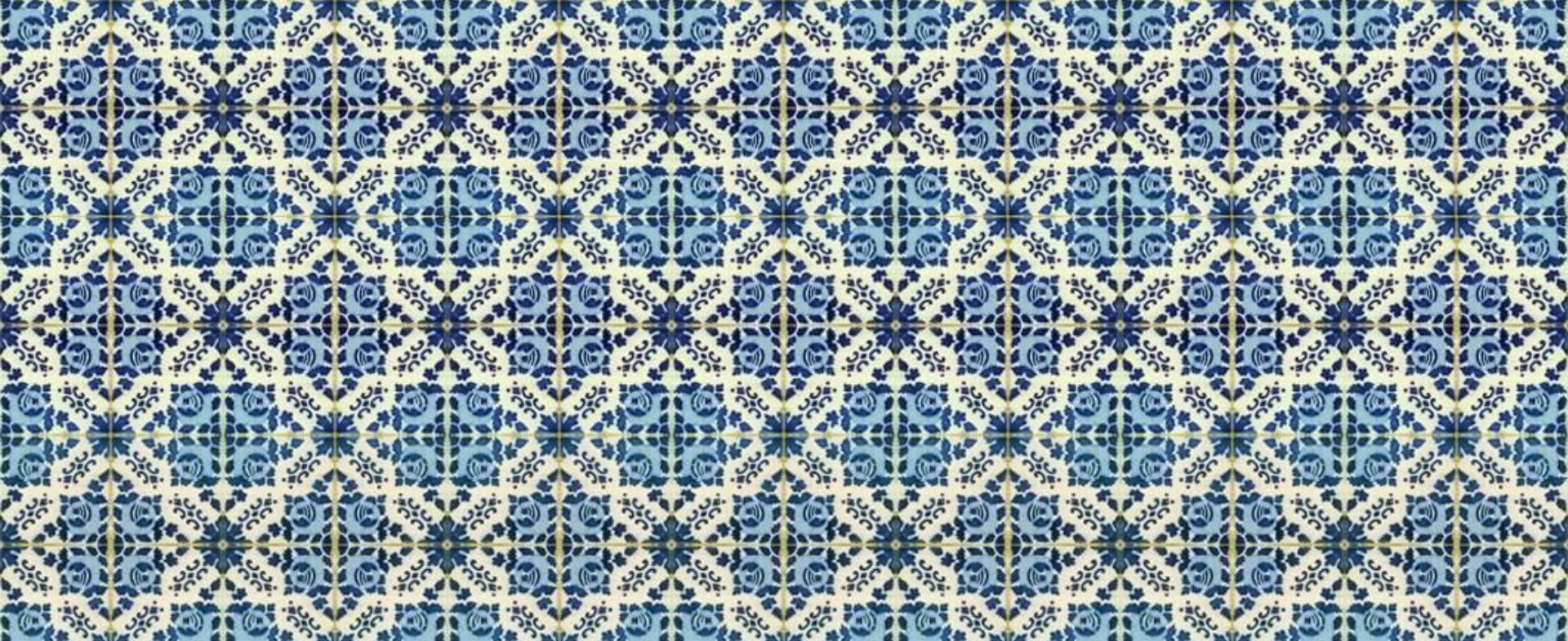




METAMORFOSES DA POLÍTICA SOCIAL EM TEMPOS DE FINANCEIRIZAÇÃO

Lena LAVINAS
IE-UFRJ



OUTLINE:

1. Transitando entre modelos de proteção social
 2. A financeirização e o novo papel da política social
 3. O caso brasileiro
 4. Debatendo a colateralização da política social
- 



1. DE PARADIGMA EM PARADIGMA, A RELAÇÃO ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE



Welfare Capitalism ou KWNS (Jessop)

Regime fordista: forte complementariedade, gasto social elevado.

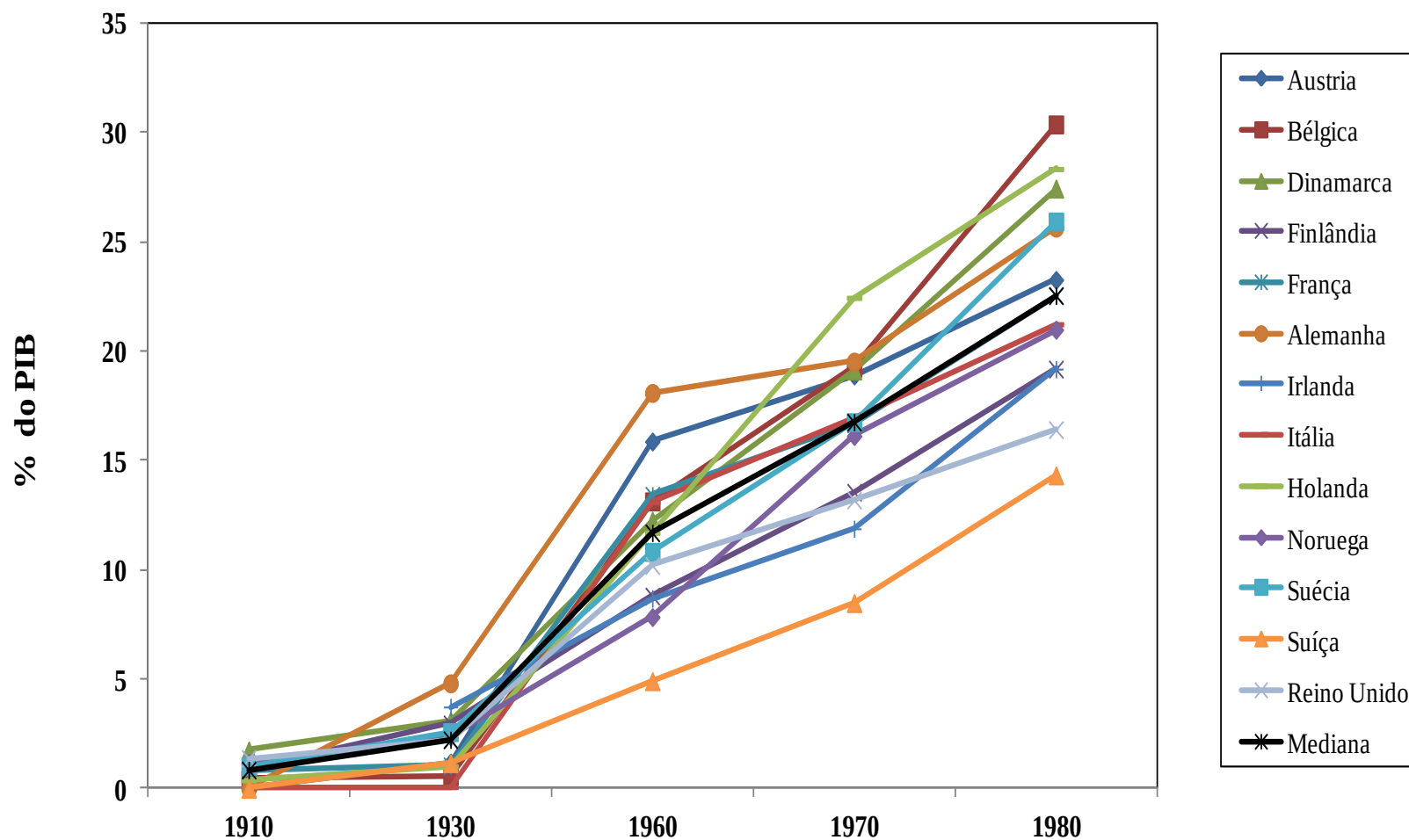
Modelo: Estado Provedor (Estado do Bem Estar).

2 Pilares: progresso técnico-tecnológico e inovações institucionais na esfera da reprodução (Boyer 2014,2015)

Meta: Sociedade mais Homogênea - Equalização da mão-de-obra e das oportunidades, Manter a demanda agregada e a estabilidade econômica.

Mecanismos: 1) universalização do acesso à educação e à qualificação como resultado da democracia; 2) desmercantilização do acesso a saúde, moradia e outros bens e serviços; 3) um sistema tributário progressivo taxando altamente a riqueza individual.

Gráfico 1
Transferências sociais* como proporção do PIB em países Europeus selecionados (1910-1980).



Fonte: elaboração própria a partir de Lindert (2004)

*Refere-se a transferências destinadas a bem-estar, desemprego, aposentadorias, saúde, subsídios para habitação.

Workfare nos
países do
Norte
e
*Social Risk
Management*
no Sul

Regime flexível ou neoliberal: política social atua na margem através de condicionalidades e restrições. Baixa complementariedade.

Modelo: Estado Promotor (*Enabling State*) (Gilbert 2004)

Meta: incentivar/forçar a inserção precária no MW (*Public support for private responsibility*) – redução de custos e solução de falhas de mercado

Mecanismos: 1) Mudança na estrutura do gasto com cortes na provisão de serviços desmercantilizados e prevalência de cash; 2) Combate à pobreza no lugar de proteção social; 3) Mérito/Punição/Exclusão – foco no indivíduo; 4) Sistema tributário regressivo; 5) Provisão privada e incentivos à mercantilização; 6) Mínimos Sociais e Microcrédito

Regime de valorização financeira: política social atua como colateral no acesso ao crédito e aos produtos financeiros que vão garantir consumo e proteção segmentada de acordo com a renda – riscos individualizados, sob medida!

Pisos de Proteção Social

Modelo: Estado Fiador da Dívida (*Debtfare State* – Susanne Soederberg)

Meta: expansão do mercado global sob a égide da moderna finança – inclusão financeira, através do relaxamento dos critérios. “*Finance must be for all!*” (Schiller 2003)

Credit for Welfare

Mecanismos: 1) Provisão pública reduzida a **pisos básicos** (renda, saúde e educação); 2) **Crédito** como mecanismo de acesso ao bem-estar; 3) **Dependência** (pelo endividamento); 4) **Sistema tributário regressivo**; 5) **Provisão privada pela democratização da finança** e mercantilização *all the way down* (Fraser 2012); 6) **Regulação por pisos de remuneração**; 7) **Equalização por padrões de consumo** - cidadania perde foco; novas formas de provisão de bem-estar notadamente produtos financeiros.

Novas abordagens críticas sobre sistemas de proteção social

PSSOP (PUBLIC SECTOR SYSTEM OF PROVISION)

by Ben Fine

1. Contesta o WRA (Welfare Regimes Approach), padrão-ouro do debate por décadas;
2. Construção de modelo ideal x descrição de tipo real, com aquele sem validade geral;
3. **Prevalece diversidade.** Ausência de convergência nos modelos, prevalece hibridismo (teias de serviços, pois cresce o resíduo não-coberto pela provisão pública); agrava-se perfil dual
4. No caso dos países do Sul, não há camisa de força possível para a prevalência de “one size fits all” (Gough 2011) – pol. soc. contexto-específica
5. **Financeirização e neoliberalismo não são forças que homogeneizam, ao contrário!**

DEBTFARE STATE (by Susanne Soederberg)

1. Sob o neoliberalismo, com a retração do Estado, **promove-se a dependência ao mercado, via crédito de consumo**, usado para aquisição de bens essenciais
2. Naturalização do crédito como substituto de bens e serviços públicos
3. Essa relação de dependência não é nem neutra (indiferente à classe social), nem natural (inevitável).
4. O endividamento leva a um processo de securitização, que transforma empréstimos e outras dívidas em “securities” => que desaguam em novos empréstimos predatórios, que elevam rapidamente risco de default, notadamente por ocasião de crises financeiras.
5. Aumenta a vulnerabilidade social e a desigualdade com a financeirização do bem-estar



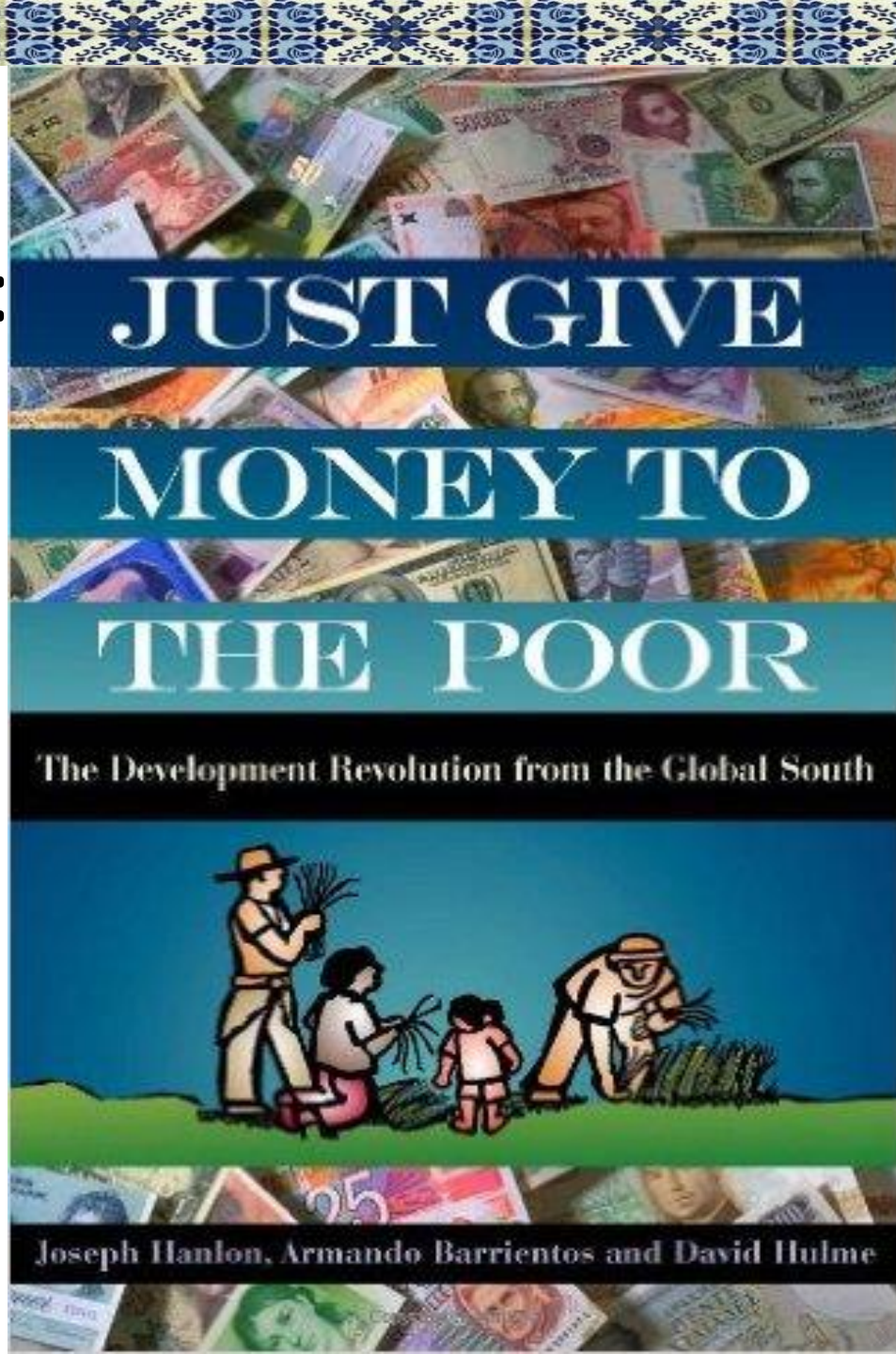
Um padrão de incorporação ao mercado rápido, intenso e crescentemente via acesso ao setor financeiro

- **INCORPORAÇÃO AO MERCADO** trata da participação dos indivíduos em sociedades de mercado notadamente através do emprego. O bem-estar é essencialmente assegurado pela renda do trabalho.
- **INCLUSÃO SOCIAL** supõe que, independentemente da renda, as pessoas usufruem do bem-estar agregado existente na sociedade em que vivem. Assim, para que isso se verifique, o gasto social não deve considerar apenas a segurança econômica, mas acima de tudo deve promover a equidade e a convergência, equalizando oportunidades através da provisão pública desmercantilizada.

América Latina, últimas duas décadas:

Processo extraordinário de
incorporação ao mercado,
pela retomada do
crescimento e pelas
generalização dos
programas de transferência
de renda condicionada

(*The Leading 6*: África do
Sul; México, Brasil, Índia,
China, Indonésia)





Predominância das transferências de renda no paradigma da proteção social no século XXI

- “Just give money to the poor” (Hanlon 2010): no mundo em desenvolvimento, o coração da política social é o microcrédito/microfinança e CCTS, desde o advento do neoliberalismo e da financeirização a partir dos anos 1990.
- Microfinança é A política social no Sudeste Asiático e os CCTS e Pensões Básicas, na América Latina e na África do Sul
- Em comum, entre outras coisas: retiram os pobres da reprodução pela economia de subsistência, através do fortalecimento das relações de mercado e da imposição de uma disciplina sobre eles (empréstimos, condicionalidades)- EX: Microcrédito no Brasil (ProgreDir) e Argentina.
- Introduz a *lógica* do colateral: fluxos de rendimentos regulares vão pavimentar a inclusão financeira, para além da incorporação ao mercado



Crescimento recente na América Latina:

- A globalização do consumismo se deu em meio ao agravamento do investimento (seguiu insuficiente) e alimentou importações. Foi o “commodity consensus”.
- Agravou também a desindustrialização precoce (alta especialização produtiva) – Isso foi um projeto político bem sucedido.
- Contrário a políticas universais, de acesso incondicional, fortaleceu a lógica pro-mercado e a inserção ocupacional.
- De alguma maneira, bypassou mais uma vez o sentido da política social como elemento indispensável não apenas à redução do risco e da incerteza, mas como fator de estabilização e desenvolvimento com mudança estrutural.
- A política social é pensada grosso modo para preencher gaps e lacunas derivados de obstáculos estruturais que não foram removidos. A política social não tinha como contribuir para o processo de reestruturação produtiva e um novo padrão de redistribuição.



2. A FINANCEIRIZAÇÃO E O NOVO PAPEL DA POLÍTICA SOCIAL





Financeirização: não existe uma definição única e consensual

- Novo estágio de desenvolvimento do capitalismo (Sawyer 2016)...
-que é “context-specific” (Fine 2009) e caracteriza o neoliberalismo (Fine & Saad-Filho 2016) – o neoliberalismo se sustenta na financeirização com destaque para o capital de juros
- Processo no qual os mercados financeiros, as instituições financeiras e as elites financeiras passam a ter peso crescente sobre as políticas econômicas e seus efeitos (Palley 2013).
- É quando a finança deixa de estar subordinada à produção (através do financiamento ao investimento, ao produto e ao consumo) e se inverte essa lógica (Sweezy 1994 – *O triunfo do capital financeiro*)



Primazia da acumulação na esfera financeira

- Mercados financeiros, agentes financeiros e instituições financeiras controlam o processo de acumulação (Epstein; Krippner; Stockhammer; Palley, etc)
- Lucros tendem a crescer na esfera financeira em detrimento da produção e do comércio. Expansão fenomenal dos ativos financeiros não-monetários vis a vis o comércio e a produção. Nos últimos 30 anos, a expansão dos ativos financeiros foi três vezes superior à da economia real (Ashman and Fine 2013).
- Retornos financeiros tendem a ser elevados e de curto prazo.
- Salários tendem a estagnar ou até declinar, mas tendência inversa também ocorre (*debt-driven consumption* não apenas defensiva, mas associada ao perfil do emprego e às condições da classe trabalhadora – empregos de baixa remuneração prevalecem nos países do Sul).
- Lucro não se materializa em novos e crescentes investimentos.

A financeirização é entendida como

- a) uma transformação sistêmica das economias maduras capitalistas (Lapavitsas 2011),
- b) inerente à lógica neoliberal (Duménil e Levy 2005),
- c) sendo Estados Unidos e Reino Unido (Fine 2014) os exemplos paradigmáticos do capitalismo *finance-led*.
- d) Entretanto, frisa Stockhammer (2007), muito embora o drive *finance-led* restrinja-se ao mundo anglo-saxão, a dominância financeira reconfigurou por completo, nos anos recentes, o ambiente macroeconômico e passou a influenciar e orientar as políticas públicas em outros latitudes
- e) Financeirização também presente na periferia do capitalismo (Becker et al 2010)



Com mais alguns bemóis, é também:

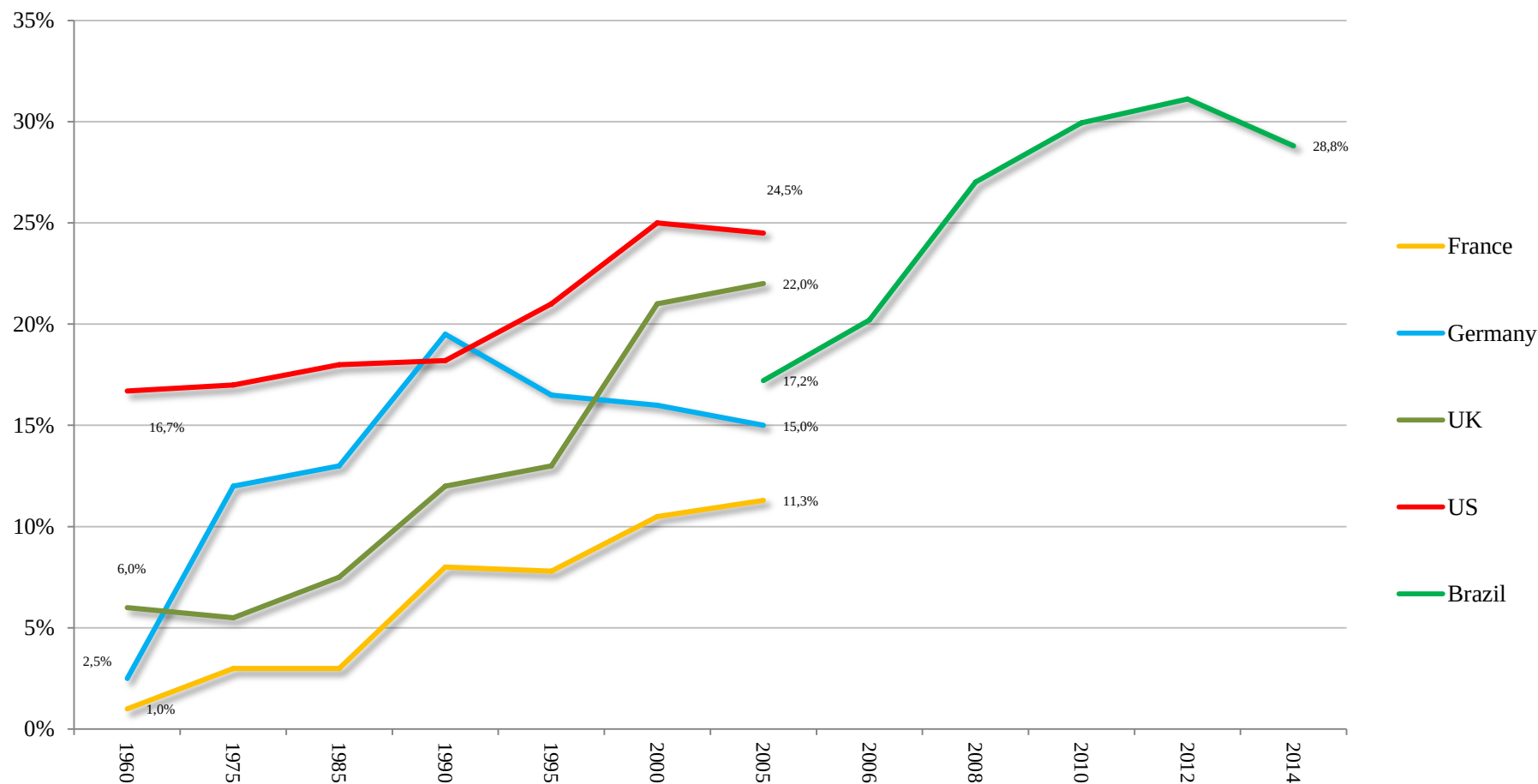
- **expansão extraordinária dos ativos financeiros** vis a vis a economia real;
- **diversificação** de distintos tipos de ativos em meio à ascendência da lógica acionária;
- **primazia da especulação, em lugar ou em detrimento dos investimentos**, que tendem a recuar;
- mudança interna ao setor privado, com **os imperativos financeiros (lucros apropriados como renda) prevalecendo sobre os interesses da produção**;
- **concentração da renda** em função dos ganhos financeiros das elites;
- **booms de consumo das famílias com base no crédito, em particular por parte daquelas que costumavam não ser “bancarizadas”**;



E ainda:

- rápida e acentuada elevação do grau de endividamento das famílias, comprometendo parcela crescente e alta da renda disponível;
- famílias integradas ao circuito financeiro não apenas pelas dívidas mas também através da posse de ativos financeiros.
- penetração da finança em todas as dimensões da reprodução da vida, re-mercantilizando o que era desmercantilizado – ou deveria ter sido -, em particular com a substituição da provisão pública por uma miríade de linhas específicas de crédito e seguros imperfeitos para os riscos que pretendem cobrir;
- aumento do risco e da incerteza sob inúmeras e desconhecidas formas, e também ambientes macroeconômicos mais instáveis. A resposta da própria finança a isso é ofertar um amplo conjunto de novos produtos financeiros para atenuar os efeitos danosos dessa insegurança crescente.

Comprometimento da Renda Disponível das Famílias com Dívida Financeira – Crédito de Consumo (PF Livre) (FR, DE, UK, US, BR)



Source: for Brazil, Central Bank, Credit Time Series, consumer debt except housing mortgages (share of disposable household income); for other countries, compiled from Trumbull (2013), p. 13, consumer debt (share of disposable income).



A Financeirização (Fine & Saad-Filho 2016)

- Tem sido um dos *drives* principais da reestruturação global da economia desde os anos 70
- Foi possível em decorrência de profundas mudanças institucionais, que transformaram a escala e o escopo da atividade financeira – processo liderado pelo Estado
- É consequência do colapso do crescimento nos anos 70, nas economias centrais
- Está intimamente associada a uma finança especulativa, que penetra inclusive a esfera da reprodução social através da privatização da provisão pública – “as famílias hoje são uma fronteira da acumulação de capital”



Van der Zwan (2014) 3 abordagens para a financerização:

1. Emergência de um novo regime de acumulação (escola da regulação), em resposta à queda da produtividade e da rentabilidade da indústria manufatureira
2. A prevalência da lógica do acionista na tomada de decisões no mundo corporativo (e fora dele): os ganhos dos acionistas prevalecem sobre a lógica produtiva e redefinem a forma de redistribuição da riqueza entre acionistas, managers e trabalhadores
3. A financeirização da vida cotidiana: tudo é perpassado pela finança e as pessoas internalizam novas normas e desenvolvem uma nova subjetividade favorável a ela. Somos todos investidores! Somos todos devedores!



“O paradoxo neoliberal” (Crotty 2012)

- O setor financeiro drena recursos do setor produtivo, através do pagamento de juros, dividendos, ações.
- Isso limita o investimento produtivo (*crowding out*), “desindustrializa”, o que tende a inibir o crescimento econômico – baixas taxas.
- A financeirização é capitaneada pelo Estado (regimes de capitalização de aposentadorias, privatização da moradia, transferência da dívida do Estado para as famílias para incentivar a economia). O Estado promove a financeirização



Inclusão Financeira: o mantra neoliberal

A inclusão financeira é o novo mantra do credo neoliberal. Nesse cenário, **a inovação financeira elege a modalidade “empréstimos individuais vinculados à renda” (fluxos regulares de renda)** como um dos eixos da dinâmica ampliada de securitização. Essa é apenas uma das frentes de atuação onde ela vai certamente ganhar ainda mais estofo e seguir inovando.

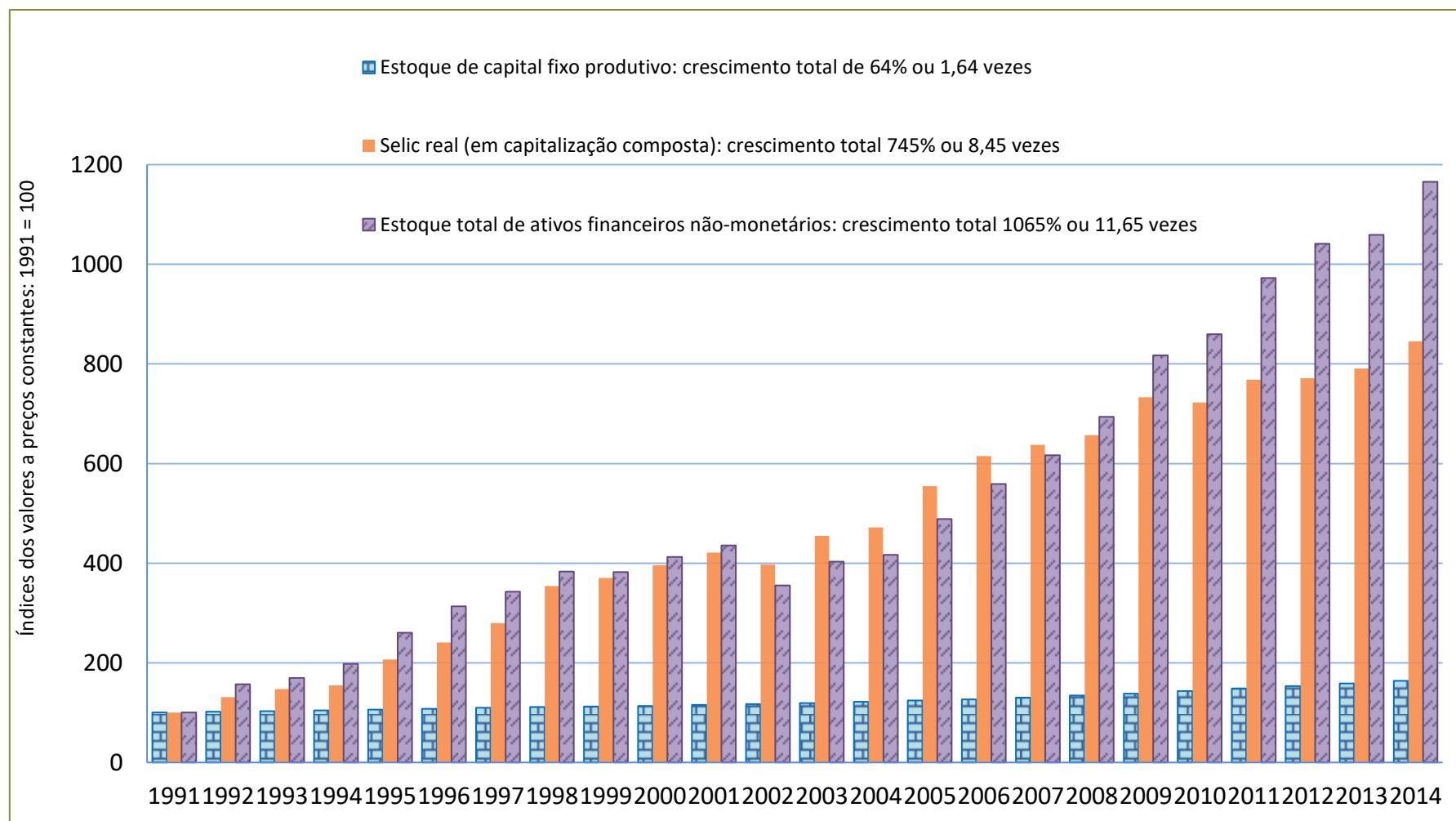
Articulação entre política econômica e política social, predominantemente pela inclusão financeira, enfatizando as fragilidades do novo “modelo social” à luz da conjuntura de desaceleração da economia

“Credit for Welfare” ou Keynesianismo Privatizado (Crouch 2012)

Financeirização no Brasil: periodização e características (1970-2015)

Períodos Características	1970-1980	1981-1994	1995-2015
Índice de financeirização	1.016	2.04	7.66
Taxonomia	Ausente	Restrita e Precoce	Ampliada e Alta
Origem	–	Ganhos inflacionários derivados da indexação generalizada de contratos a partir do endividamento público	Renda de juros e demais ganhos financeiros com ativos derivados do endividamento público interno e privado (empresas não-financeiras e famílias) – Finança promovendo acesso ao bem-estar
Implicações macroeconômicas e sociais	- Condições institucionais para práticas indexatórias via correção monetária - Aumento da concentração de renda e riqueza - Queda da <i>wage share</i>	- Desenvolvimento da acumulação rentista graças à “moeda financeira” ou “indexada” – financeirização elitizada - Alta inflação com estagnação do investimento produtivo - Níveis baixos da <i>wage share</i>, comparativamente à média internacional	- Governo tenta conciliar os interesses da acumulação rentista-patrimonial com as políticas sociais - Estabilização da inflação (1995) e recuperação do investimento produtivo a partir de 2004 Financeirização de massa via leve aumento da <i>wage share</i>, colateralização da política social, expansão da oferta de crédito ao consumo, dos fundos de previdência privada, seguros e novos serviços financeiros às famílias e empresas. Dívida para inclusão social e bem-estar

Acumulação financeira, acumulação produtiva e selic real capitalizada (1991-2014)



Fonte: Cálculos próprios com base nos dados do BCB, para a taxa Selic e estoque de ativos financeiros não-monetários; estoque de capital fixo produtivo em IBGE e Marquetti (2003).



3. COLATERALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL: O CASO BRASILEIRO





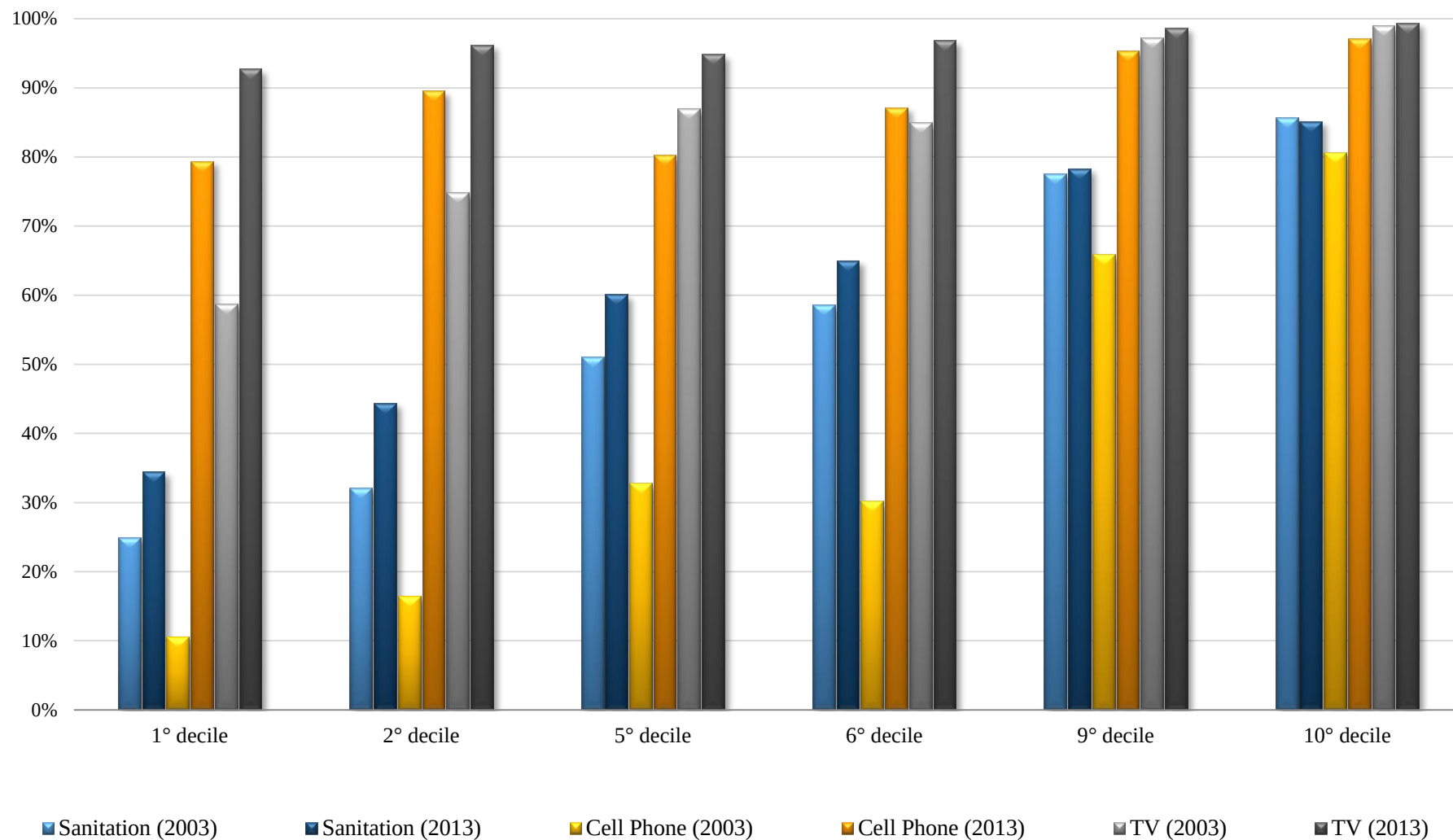
Brasil anos 2000, mudanças e permanências

- Expectativas promissoras com a eleição de um governo de centro-esquerda, tal como no resto da América Latina
- Década e meia marcada por ambiguidades, dinâmicas contraditórias e paradoxos
- Política social premida pela política macroeconômica apesar de elevação do gasto social
- Foco na pobreza foi prioritário como conceito, apesar da pouca expressão do gasto (1,2% do PIB em média)

Política Social anos 2000: ainda procíclica (exceto 2010)

- ❑ No plano da regulação via mercado de trabalho: recuperação do valor real do salário mínimo (nova regra de indexação em 2008)
- ❑ No plano do sistema de proteção social e do sistema tributário:
 - a) concentração do gasto social em transferências monetárias (68,8%) contributivas e não contributivas que servem de colateral para acesso ao crédito
 - +
 - b) esvaziamento do financiamento próprio da Seguridade Social – DRU e desonerações (2012) - levando ao subfinanciamento de várias políticas de caráter universalista e estimulando a privatização
 - +
 - papel nulo da política tributária como mecanismo de redistribuição e financiamento da política social. Ao contrário, a política tributária reconcentra a riqueza.

Brasil, acesso a saneamento adequado, celular e TV a cores segundo décimos da distribuição (2003-2013)



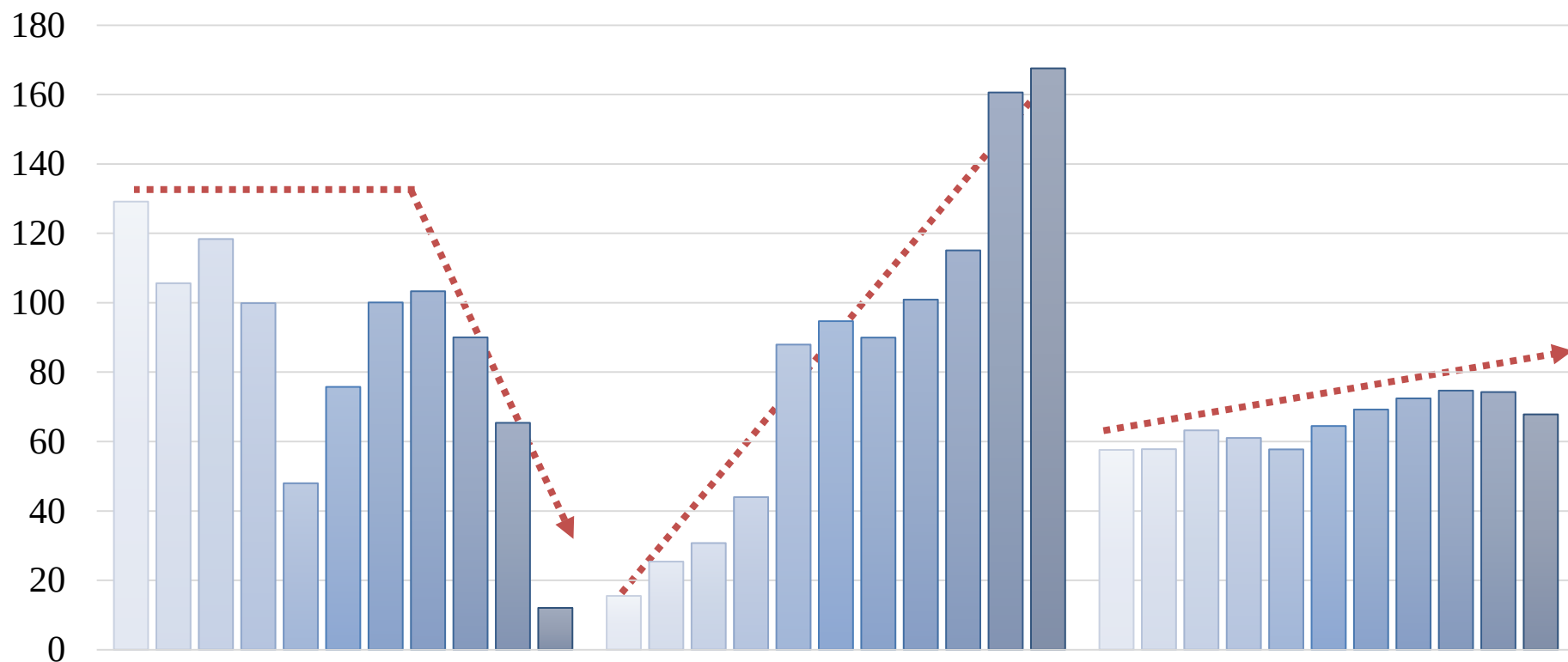
OSS, Desonerações do OSS, DRU, 2005-2015

(Valores Reais de 2016 - R\$ Bilhões)

Social Security Budget
(ANFIP)

Tax exemptions on social
contributions

"De-earmarking" of social
contributions (DRU)



Source: ANFIP and Receita Federal. Own elaboration. Constant values as of 2016, adjusted by the Extended National Consumer Price Index (IPCA). Alternative values are presented by the Ministry of Finance, but following similar trends.

Brasil: tributação de baixo impacto redistributivo

Imposto de renda

- Alíquota máxima inferior à média da América Latina e da África (Khair, 2013).
- Deduções: 77% das despesas médicas, quase 70% de instrução e 53%

Tabela 1 - Brasil, renúncias do imposto de renda por faixa de alíquota, 2012

Faixa de alíquota	Deduções com despesas de Saúde ¹		Deduções com despesas de Educação		Deduções com dependentes	
	R\$ milhões	% Renúncia Total	R\$ milhões	% Renúncia Total	R\$ milhões	% Renúncia Total
0,0%	0	0	0	0	0	0
7,5%	509	6	277	9	699	15
15,0%	725	8	366	11	774	17
22,5%	830	9	399	12	679	15
27,5%	6.692	76	2.213	68	2.428	53
Total	8.758	100	3.257	100	4.580	100

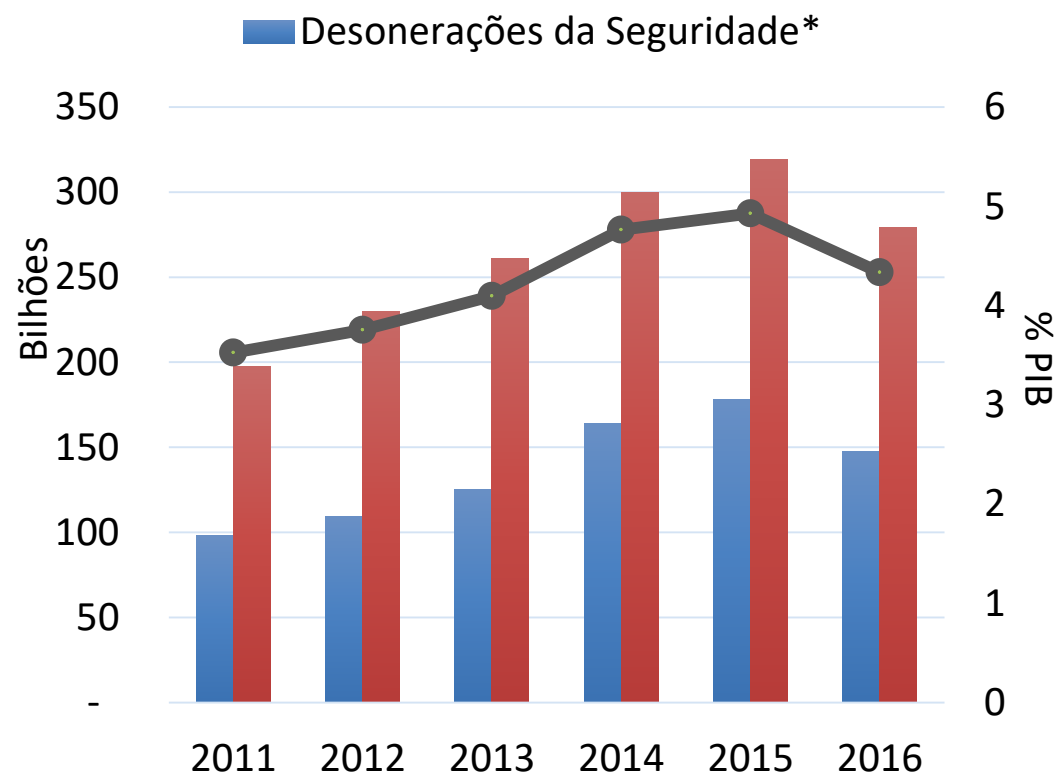
Fonte: RFB (2014) e DIPAG-RFB.

1. Por deduções em saúde e educação entendem-se "gastos tributários". Ou seja, o montante da despesa declarada que, de fato, volta às famílias. Nem todo gasto declarado em saúde e educação é dedutível, mas parte dele, por faixa de alíquota.

Respostas brasileiras à crise internacional

- Desonerações Tributárias Federais (2011-2016)
 - Estimativa: R\$ 1,6 tri
 - Da Seguridade: R\$ 821 bi
- Corte de Gastos Sociais
 - Direitos Previdenciários

Estimativa de Desonerações Tributárias Federais,
2011-2016 (R\$ bilhões de 2015)



Fonte: Receita Federal, Demonstrativo de Gastos Tributários (2011-2016).
Elaboração própria. Desonerações da COFINS, PIS-PASEP, CSLL e Contribuições Previdenciárias. Total estimado inclui contribuições previdenciárias para 2011-2015. Valores corrigidos pelo IPCA de setembro do ano anterior à data inicial até dezembro/2015.



Financeirização em massa no Brasil

- 4 estratégias prevaleceram:
 - A bancarização dos pobres e das famílias de baixa renda (contas simplificadas passam de 1.4 milhões em 2003 para 14 milhões em 2015)
 - Uma miríade de seguros privados - de planos de saúde a seguro funeral, passando por seguro desemprego para cobertura de dívidas financeiras.
 - Expansão da previdência privada (capitalização)
 - Novas modalidades de crédito (defendidas pelos sindicatos e asseguradas pelo Estado)
 - * Crédito Consignado (2003)
 - * Crédito Estudantil para acesso ao ensino superior privado (forte expansão a partir de 2007)

BRASIL: Novos mecanismos e complementariedades

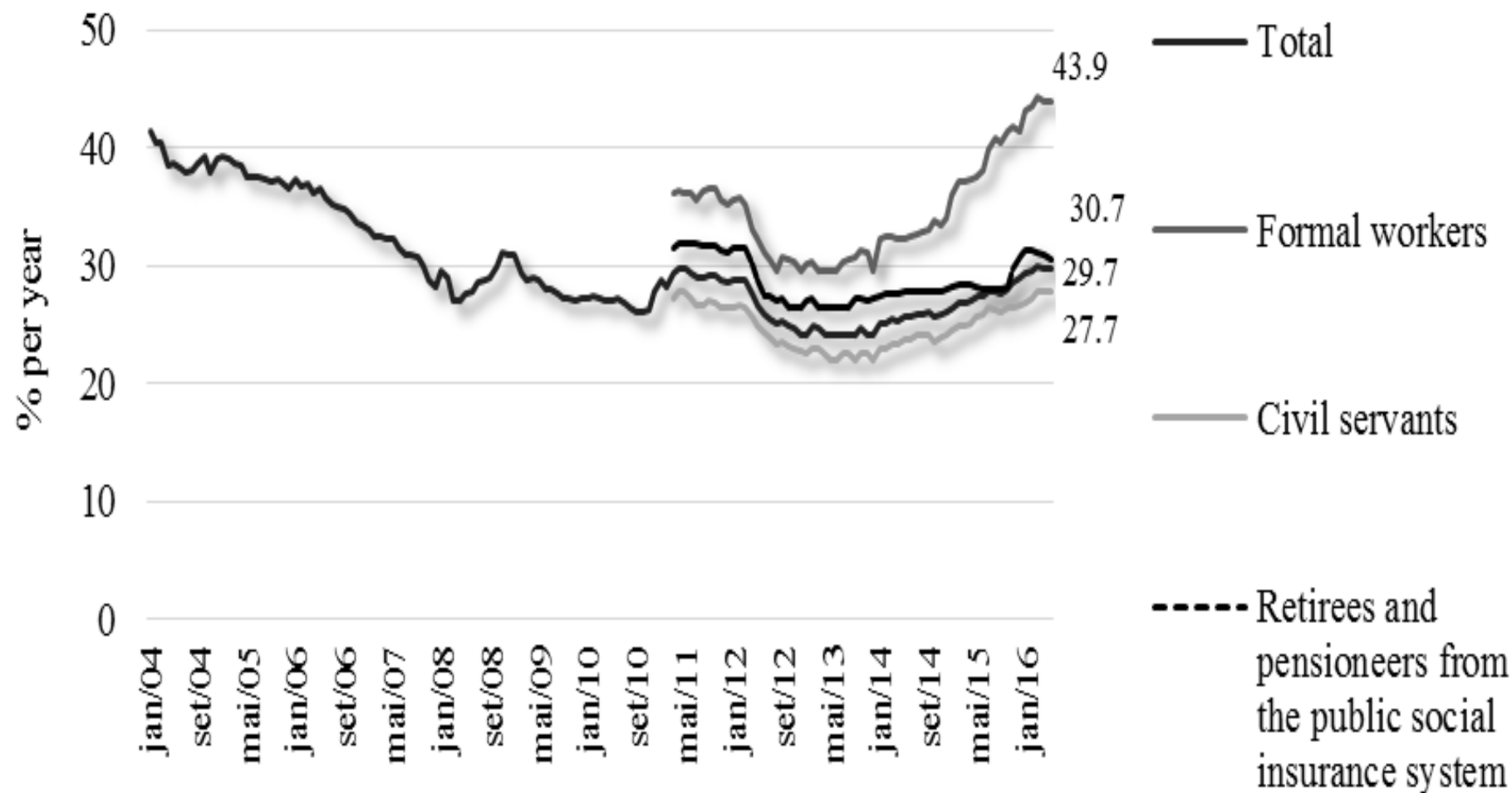
- Criação do crédito consignado (2003):
 - primeiro servidores públicos, seguidos de assalariados formais, e logo aposentados e pensionistas do sistema RGPS ou RPPS.
 - comprometimento da renda, seja salário, seja benefício contributivo, pode alcançar 30% - (agora 35% sendo 5% para pagar dívida com cartão) .
 - Em contrapartida, o titular do empréstimo perde controle de sua renda e de sua dívida e os pagamentos são retirados compulsoriamente pelo credor da folha de salário ou do benefício do devedor.
- Nova regulamentação do microcrédito (2003-07): 90% serviram até 2007 para financiar consumo de bens essenciais (BACEN 2011) – em 2010 65%!
- Projeto de Inclusão Bancária (2008) para o beneficiários do Bolsa Família. Cartões de crédito e outros produtos financeiros foram desenvolvidos mas s[ó] dois milhões de famílias aderiram (em 14 milhões até 2010). Houve progressão recente.
- Vigoroso processo de inclusão financeira para além da bancarização, esta igualmente incentivada a partir de 2004 com a criação das [contas simplificadas](#).



O pulo do gato: o crédito consignado

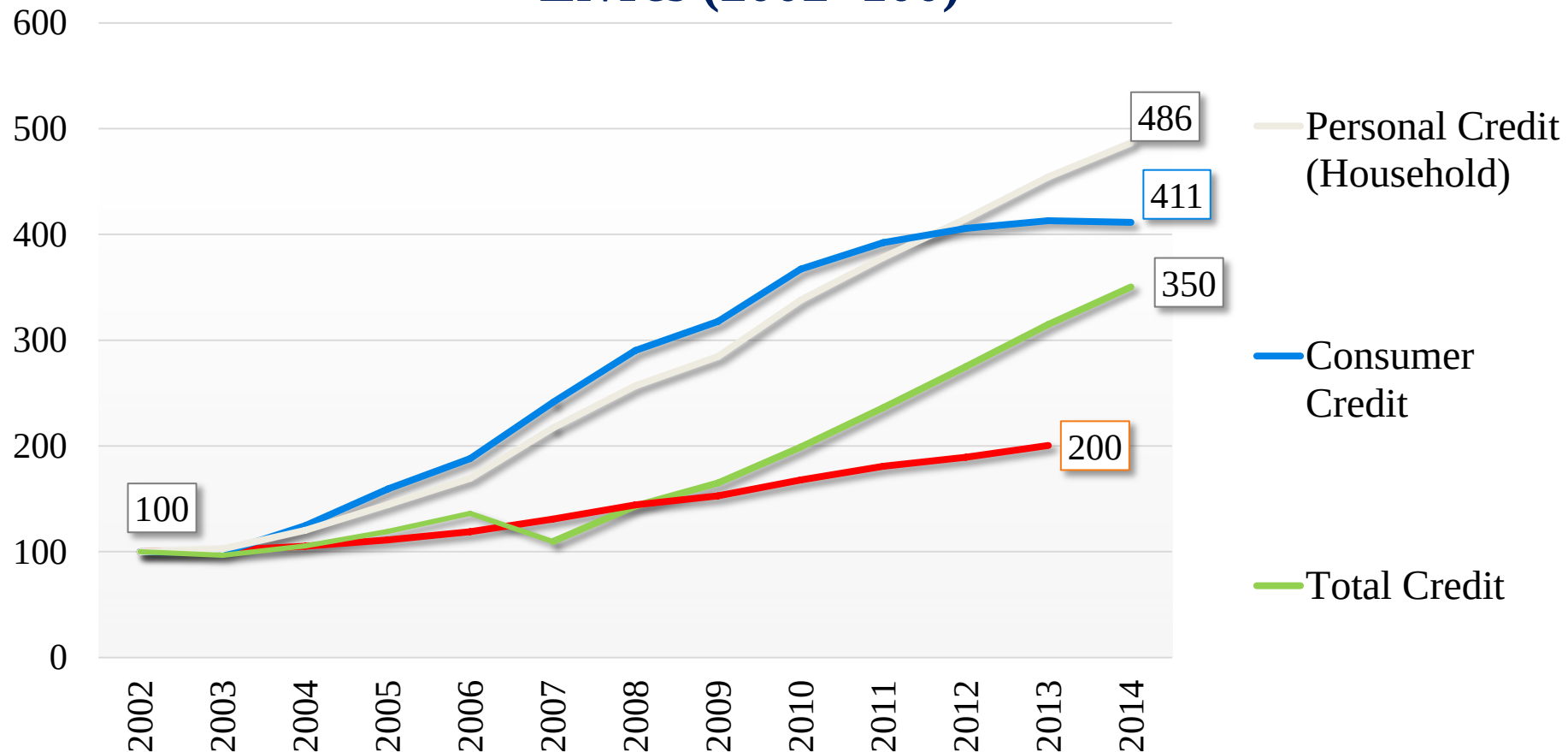
- 2003, iniciativa da CUT
- Público-alvo: funcionalismo público, mas rapidamente extensiva aos trabalhadores do setor formal e aos aposentados e pensionistas do regime geral da previdência social (público, o RGPS). Hoje 93% são servidores públicos ou aposentados – ou seja, recebem uma renda da qual o Estado é o garantidor. Setor privado só 7,3%.
- Servidores públicos (2003): 12,5% do emprego total, ou 9 milhões de pessoas – 4,3% PIB -, com salários que tendem a ser bem acima da média nacional.
- Aposentados: 19,5 milhões (2/3 recebem salário mínimo)

Brazil, Interest rates of consigned credit by type of borrower, 2004-2016 (% per year)



Source: Brazilian Central Bank. Nominal values.

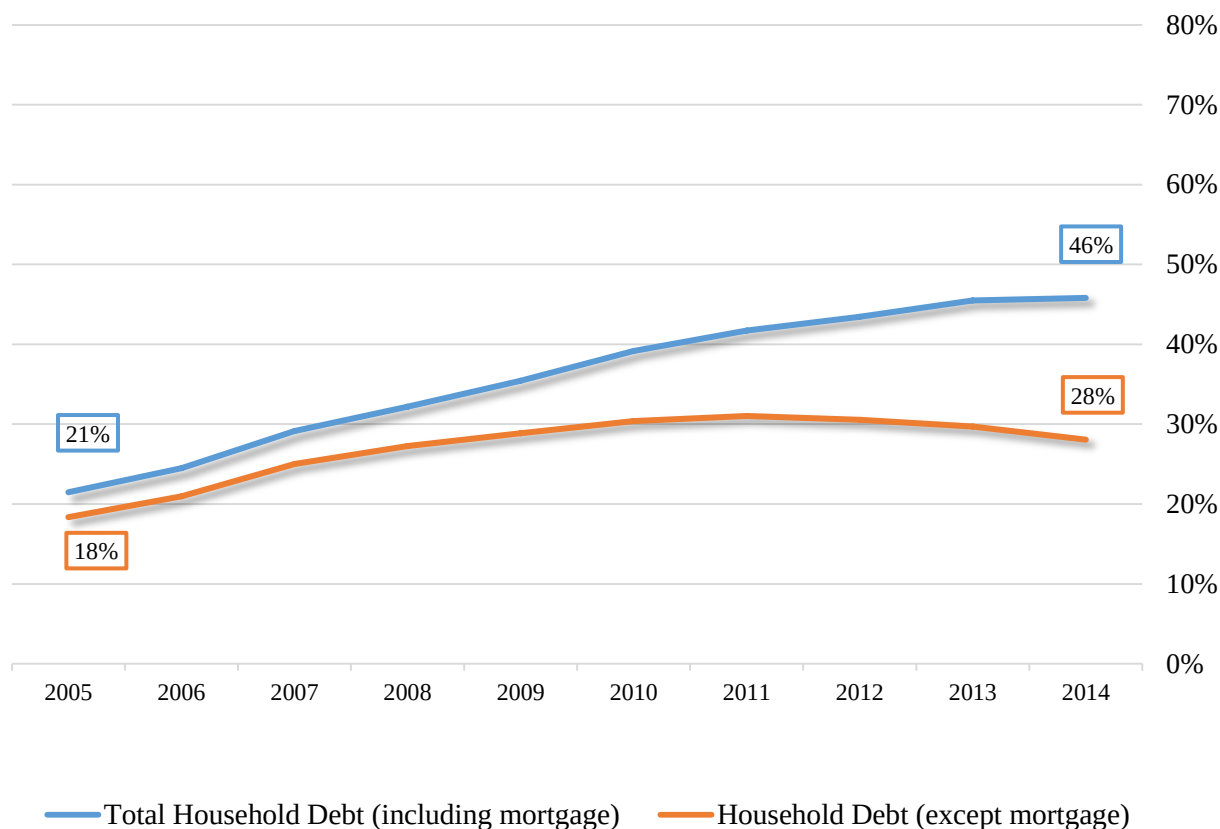
Brasil, Índice de Crescimento da Massa Salarial, do Crédito, do Crédito PF e do Crédito PF Recursos Livres (2002=100)



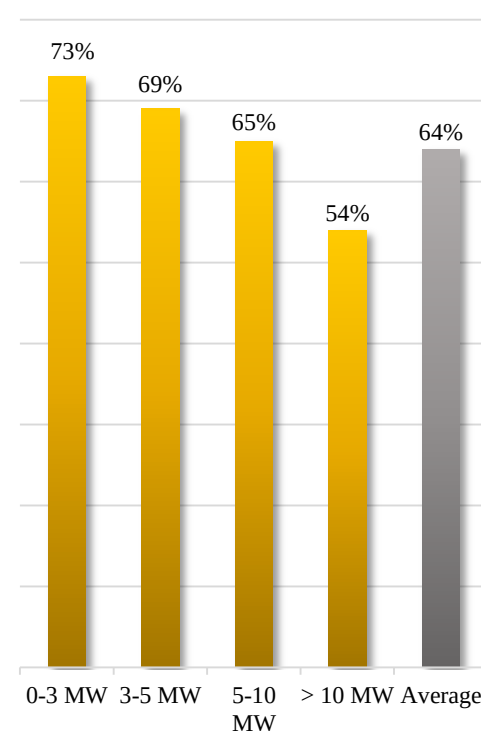
Source: IBGE (National Accounts) and Bacen. Constant values of December 2014 adjusted by Consumer Price Index (IPCA). Cumulative values as of December, with changes in accounting methodology by the Central Bank since 2007. Lavinas own elaboration.

Inclusão Financeira pelo Crédito

Brazil, Total Household Debt with and without mortgage
(% of Disposable Income)



Borrowers Household Debt
by Income Bracket in 2014



**Tabela 3.3.4 – Número de tomadores de crédito, ticket médio e participação
no saldo por faixa de renda – 2014**

Faixas de renda	Número de clientes (1000)	<i>Ticket</i> Médio	Participação % no saldo total
Até 3SM	34.419	11.297	28%
3-5SM	8.202	24.370	14%
5-10SM	6.807	40.586	20%
Acima de 10SM	4.794	111.532	38%
Sem rendimento	1.796	-	1%
Total	56.018	25.208	100%

Fonte: BCB/SCR.



Dados presentes (SPC e ANDL):

- 59,4 milhões de brasileiros estão inadimplentes (mais de 90 dias em atraso)
- CPF negativado => Crefisa uns 350% de taxa de juros a.a.
- 93% são das classes C,D e E
- Os compromissos pagos em dia: plano de saúde e aluguel/moradia
- 2º. item que mais gera inadimplência: compras em supermercado



Estado como fiador e redutor de custos para o sistema financeiro

- Diferencial importantíssimo do crédito consignado no Brasil. Ele atende majoritariamente a uma clientela dotada de um colateral muito específico: uma renda regular, paga pelo Estado, seja na forma de salários, seja na forma de benefício previdenciário. O que também garante apoio político!
- O Estado elimina outros custos para o setor financeiro, como falhas na documentação e ausência de *credit records* entre clientes de baixa renda ou mesmo pobres, fatores que constituem *eligibility barriers* para os tomadores de empréstimos, elevando custos e riscos para os bancos. Compartilhamento de bases de dados do CadÚnico, folhas de pagamento dos municípios, INSS, etc.

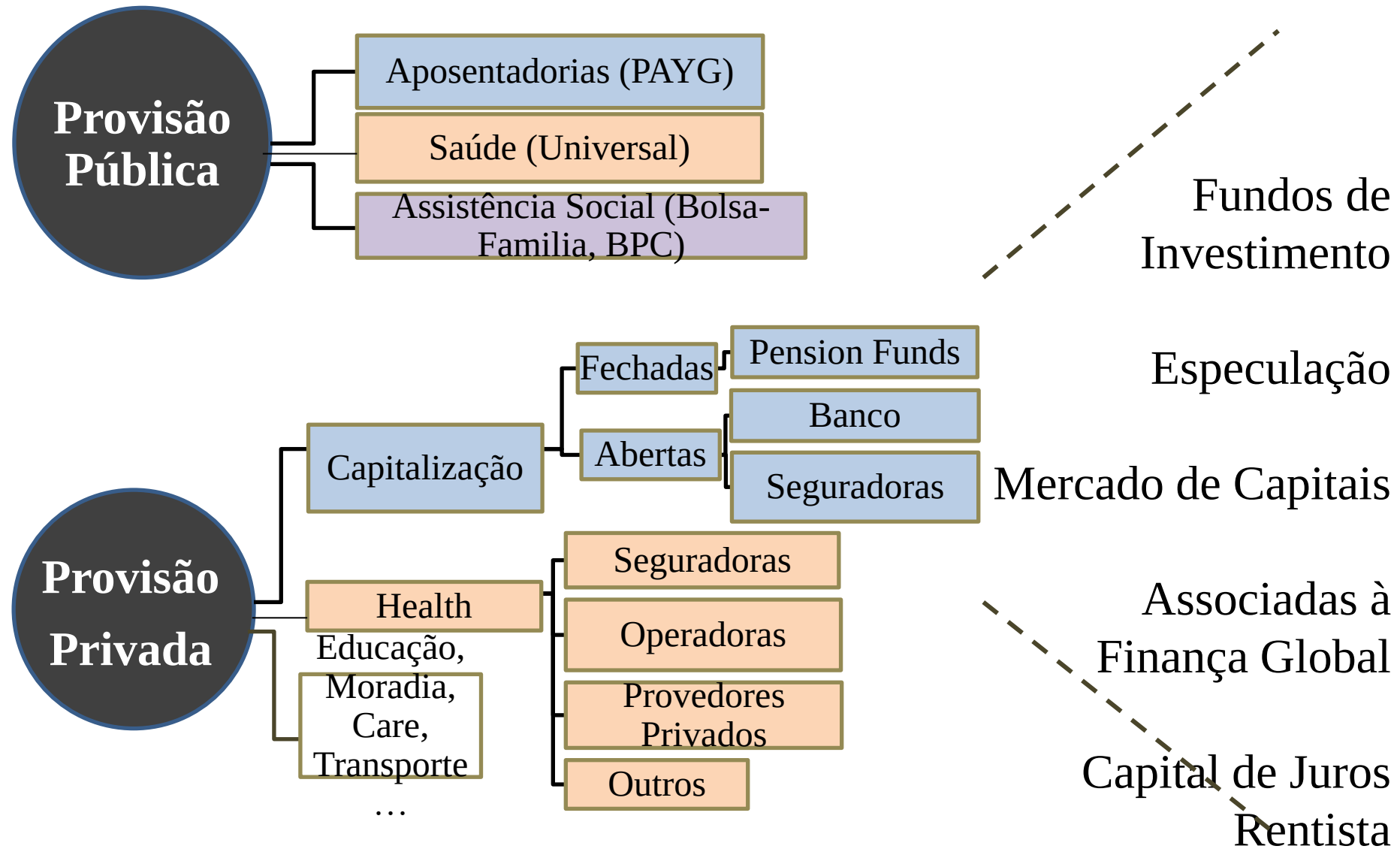


O recuo da provisão pública de bens e serviços não retrata apenas falhas de governo, mas um novo padrão de acumulação

- A engenharia social consistiu em abrir o acesso ao mercado financeiro aos grupos desprovidos de colateral, enquanto se diversificavam os produtos financeiros, muitas vezes sem risco moral.
- A novidade do modelo dito social-desenvolvimentista foi ter instituído uma conexão incomum entre crédito, de um lado, e salários do funcionalismo notadamente e benefícios previdenciários e assistenciais, de outro, tendo como avalista o Estado.
- Antes mesmo do PBF e da adoção da regra de reajuste do mínimo, instituíram-se novos mecanismos de acesso ao mercado financeiro, e não apenas ao mercado de crédito, para os setores de baixa renda.

Desmantelamento do regime de proteção social

Privatização e financeirização dos serviços





A Educação como mercadoria

Mudanças no setor de ensino com a globalização:

- Educação essencial para o desenvolvimento e preparação para o trabalho;
- Introdução de novas tecnologias (EAD);
- Início de *reformas educativas* similares entre si no mundo;
- **Transformação da educação em objeto de interesse do capital financeiro, intensificando a comercialização no setor.**

Ampliação de vagas presenciais e a distância!



Ambiente para expansão no Brasil:

- Aumento da Demanda devido ao crescimento de formandos no Ensino Médio;
- Investimento público voltado à expansão do ensino superior público insuficiente;
- Consequência: Penetração do capital financeiro na Educação e a internacionalização da oferta educacional;
- Especulam-se ganhos no setor de educação.
- A financeirização se inicia quando Private Equities internacionais compram participação nas corporações, assim como a posterior realização de suas IPOs na bolsa de valores.

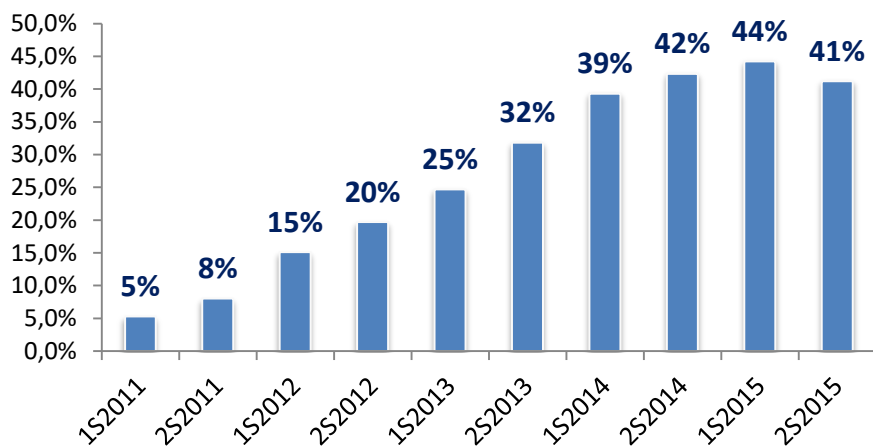


Legislação para mudanças no FIES

- Substitui o CREDUC;
- Instituído por Medida Provisória em 1999 e convertido em lei no ano de 2001;
- Cerca de 90 projetos de leis tramitaram (algumas ainda tramitam) na Câmara dos Deputados sobre o FIES no período de 2000-2015;
- A PL 4881/2009, de autoria do então deputado Gilmar Machado (PT-MG), junto com a PL 5413/2009 (Poder Executivo), se transformaram na Lei Ordinária 12.202/2010, que modificou as regras do FIES, o flexibilizando.

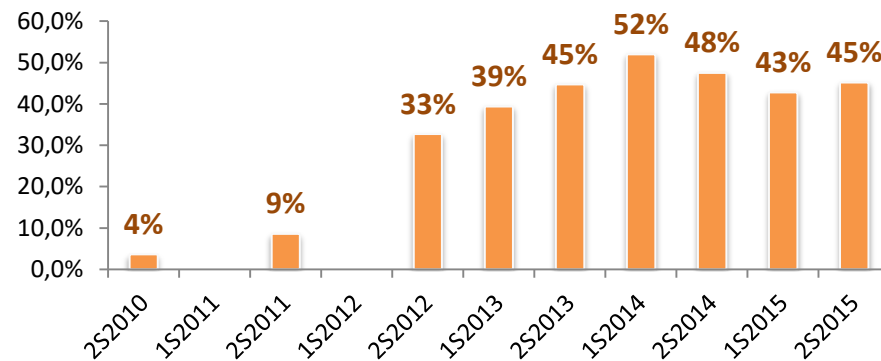
% alunos FIES na graduação presencial

Estácio Participações S.A.



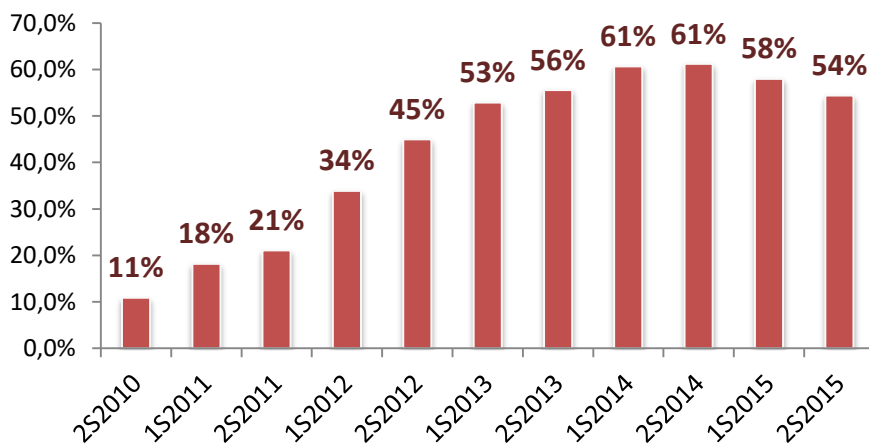
Fonte: Releases trimestrais Estacio S.A.

Ser Educacional S.A.



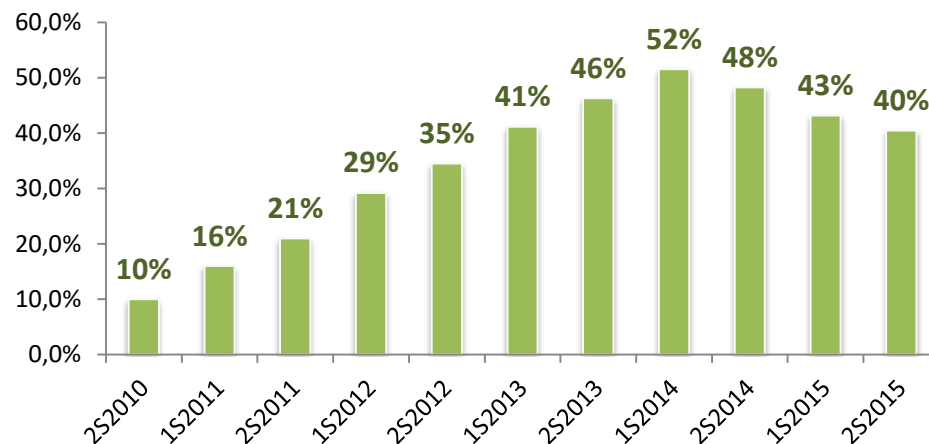
Fonte: Releases trimestrais Ser Educacional

Kroton S.A.



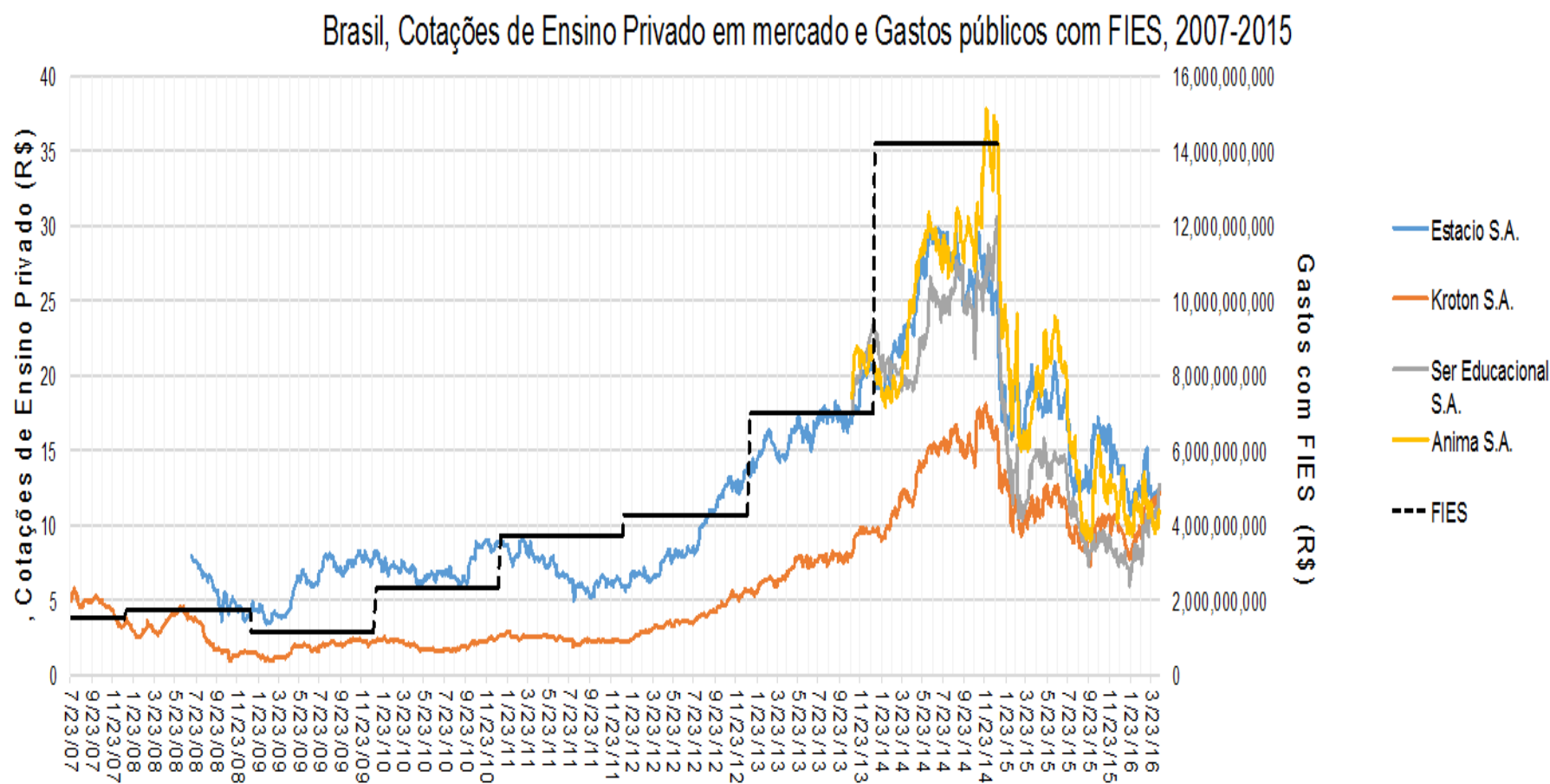
Fonte: Releases trimestrais Kroton S.A.

Anima Educação S.A.



Fonte: Releases trimestrais Anima S.A.

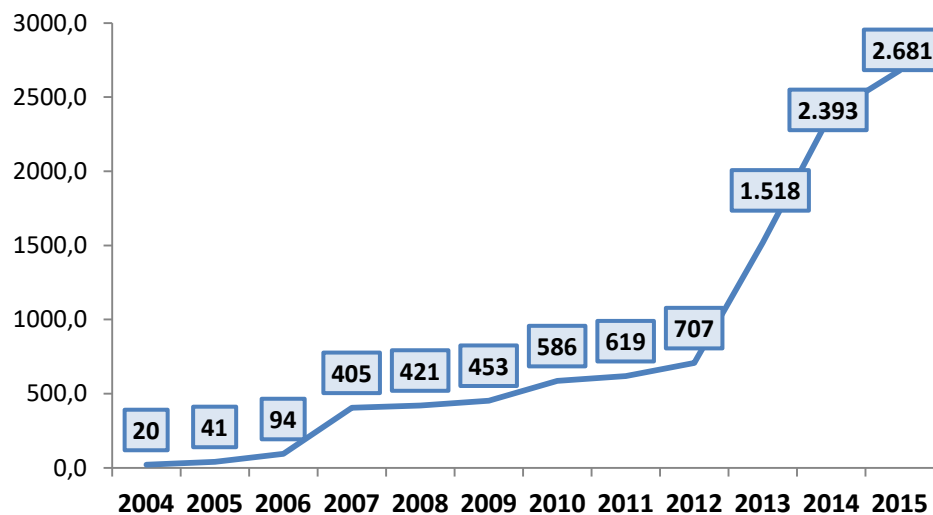
Evolução das Ações das Corporações de Educação



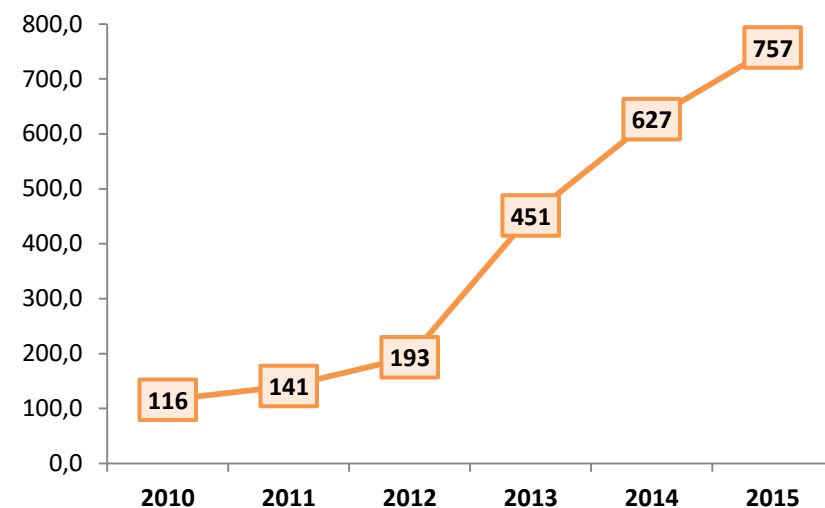
Fonte: xx. Para cotações, valores diários na BOVESPA. Para gastos com FIES, valores pagos a preços constantes de 2015 deflacionados pelo IPCA. Elaboração própria.

Patrimônio Líquido das Corporações de Educação (em milhões de reais)

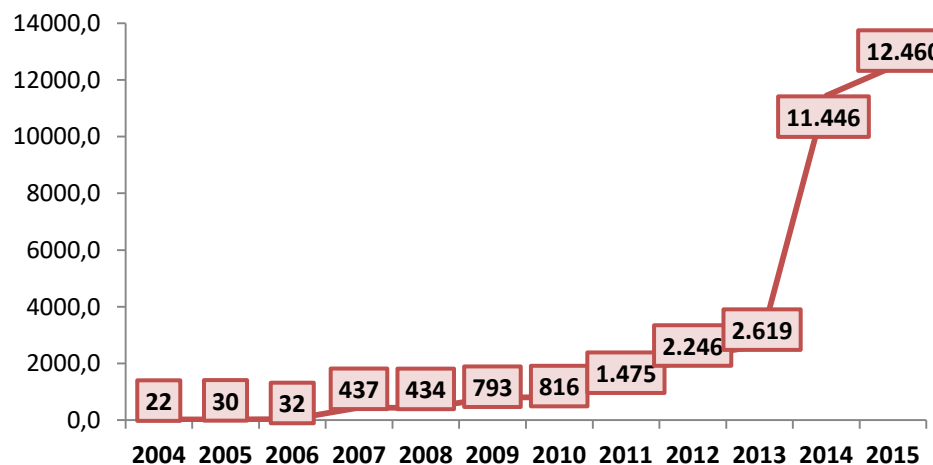
Estácio Participações S.A.



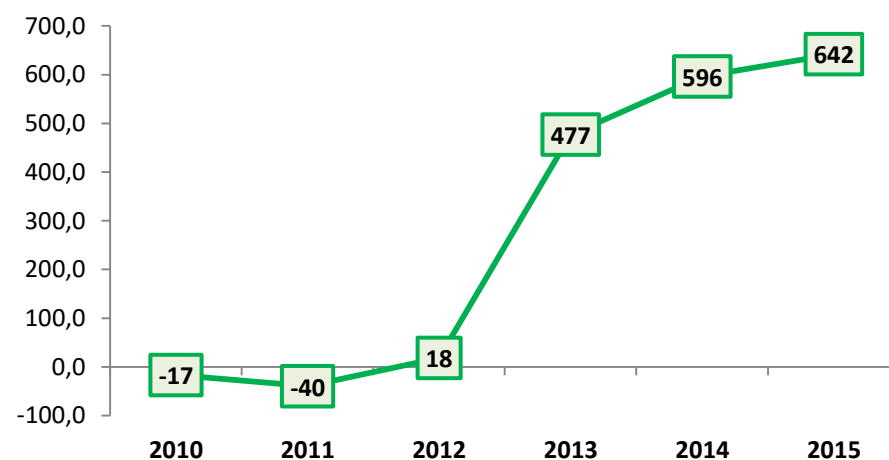
Ser Educacional S.A.



Kroton S.A.



ANIMA Educação S.A.



Fonte: Bloomberg

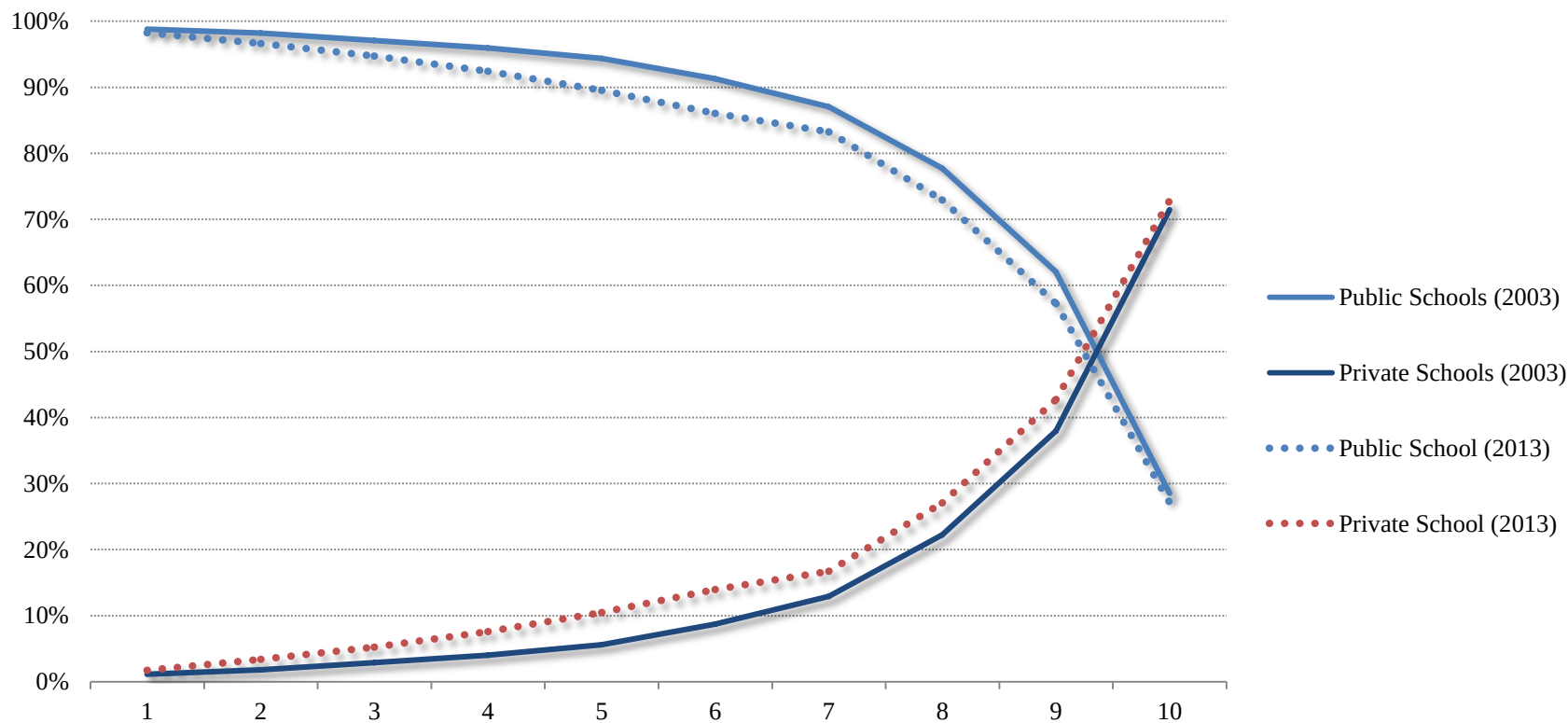


*FIES –

- Students in private universities: from 70% in 2001 to 75% in 2014.
- **FIES loans:** spending increased from R\$ 1 bn in 2010 to R\$ 15 bn in 2015 (represented 45% of federal spending with public universities in 2015)
- Private universities went public (IPO) in 2007/8 => Mergers and acquisitions grew fast => internationalization (largest educational group in the world : Kroton, now consultant for the Ministry of Education)
- Default was transferred to the State – default rate in 2014: 47% (half with no repayment in a year) –
- Prices of private higher education skyrocketed (15% real - over inflation 7%)
- New student loans through the private financial system: interest rates 2.5% < 4.9 % per month

Colégios particulares movimentam US\$ 21 bi/ano X US\$ 17,2 bi/ano das universidades privadas

**Acesso a Escolas Públicas e Privadas Crianças na Faixa 5-17 Anos
segundo décimos da distribuição
Fundamental e Ensino Médio (2003-2013)**



Source: PNAD (IBGE).

Fundos *Private Equity* que investem em Educação e Saúde no Brasil

	Empresas investidas	
Gestoras dos Fundos	Educação	Saúde
Advent International	Kroton; Estácio; Centro Universitário Serra Gaúcha.	Laboratório Fleury
Pátria Investments	Anhanguera	Laboratórios Alliar
GP Investments		Imbra (clínicas de odontologia)
The Carlyle Group	Uniasselvi	Plano de Saúde Qualicorp; Planos de saúde Tempo Participações
		Rede D'Or São Luiz
Oppenheimer; Coronation; Fidelity	Estácio	
Actis	Cruzeiro do Sul	
Capital Group	Ibemec	
GIC Pte		Rede D'Or
Gávea Investimentos		Laboratório Hermes Pardini
Tarpon	Somos Educação (Colégios Anglo e PH, Curso de inglês Red Ballon)	
Bozano	Anima Educação; HSM Ensino de Executivos; Medcel; NRE; Somos Educação	Hospital Care; BRHealth (6 faculdades de medicina e escolas de saúde)

Fonte: KPMG e ABVCAP. Consolidação de Dados da Indústria de Private Equity e Venture Capital no Brasil. Elaboração própria.



Traços marcantes desse ciclo: Inclusão Financeira, Motor da Nova Convenção de Crescimento

- Forte elevação do grau de monetarização das famílias – amplia-se o grau de mercantilização da sociedade, via mercado de trabalho e política assistencial
- Transição a uma sociedade de consumo de massa sem mudanças estruturais: investimento seguiu anêmico, produtividade cresce há 20 anos em torno a 1%
- Distribuição primária => desigualdade cai no mercado de trabalho, com elevação do salário médio e do salário mínimo. Política social é de baixa efetividade.
- Papel da política social seguiu acessório, servindo essencialmente à elevação do grau de monetarização da sociedade e incorporação ao mercado de consumo. Não se superou o subdesenvolvimento.
- Expansão acelerada do crédito de consumo (PF recursos livres), tendo o Estado como fiador.



4. DEBATENDO A COLATERALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL





Um novo papel para o Estado e para a política social :

- Em lugar de prover uma gama ampla de serviços => Estado promove a financeirização da política social ao repassar ao sistema financeiro grande parte da provisão pública
- Remercantilização das necessidades sociais, na ausência de provisão pública
- Dependência crescente e contínua das famílias em empréstimos e dívidas. Renegociação das dívidas => Securitização das dívidas aumenta, alimenta o circuito financeiro e o capital de juros e agrava a vulnerabilidade econômica e a insegurança social



A grande finança: o setor que pilota inovações

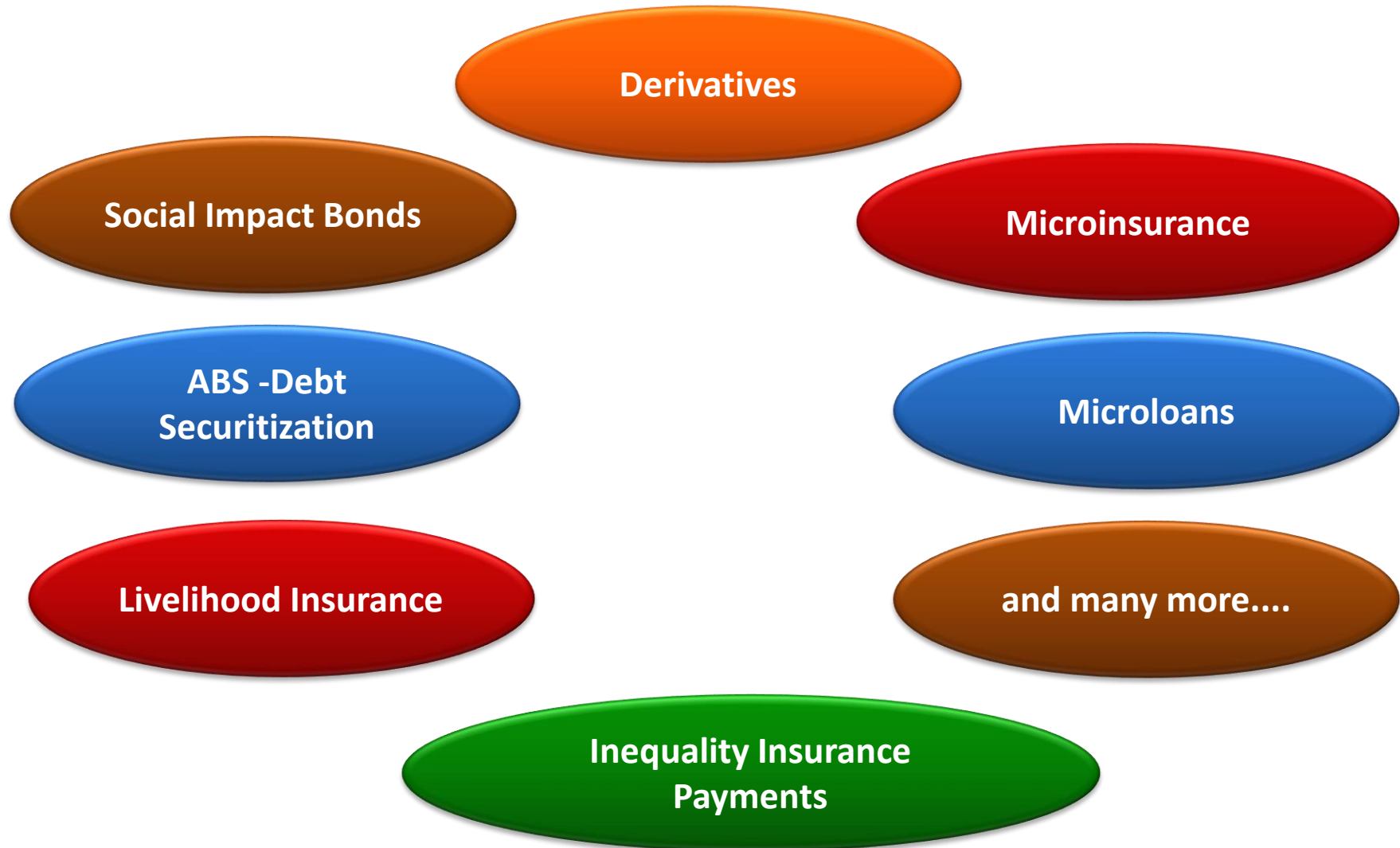
- Expansão sem precedentes do crédito sob o neoliberalismo (Soederberg 2013; 2014)
- Não mais restrito às classes médias, mas incorporando grupos antes de alto risco.
- Deslocamento da esfera política para a econômica dos valores de igualdade e liberdade, reforçando a cidadania pelo mercado, mascarando relações de exploração e poder absolutamente assimétricas e criando a indústria da pobreza, assentada na dívida.

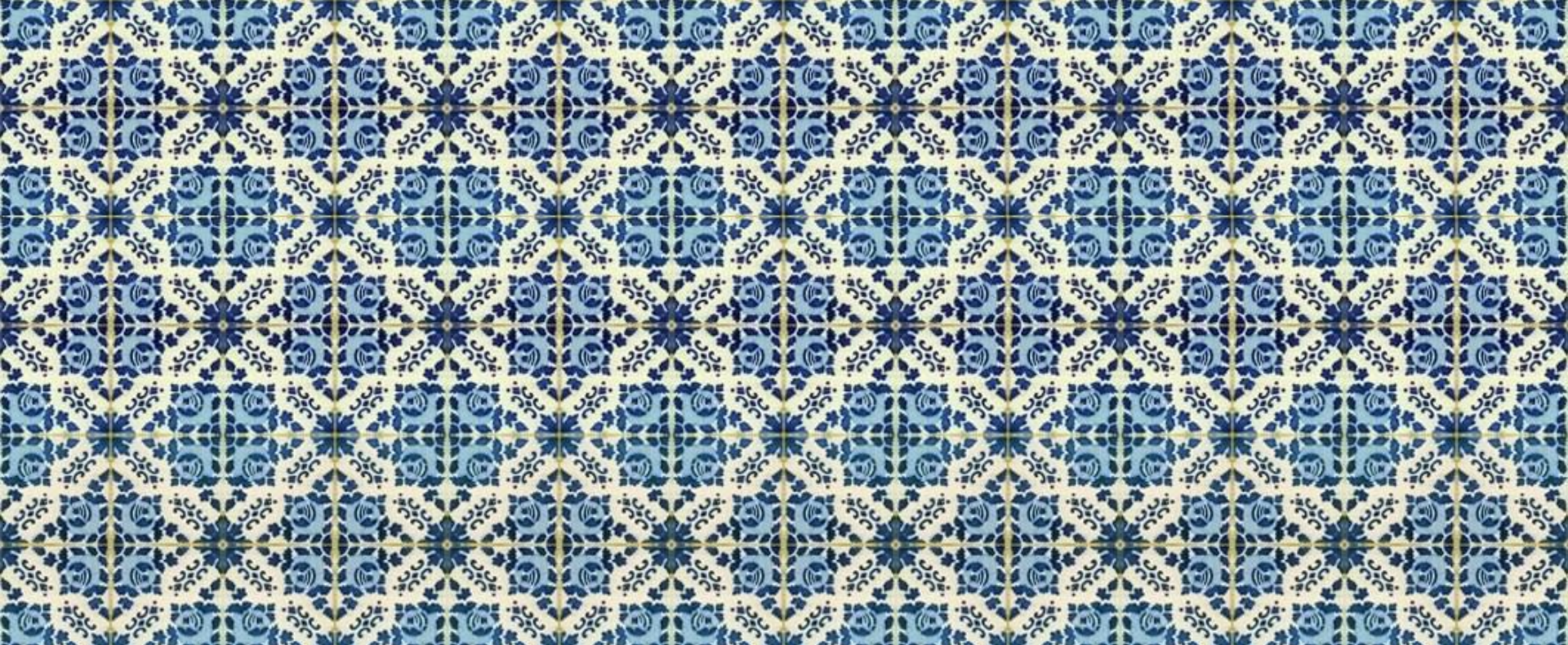


Pós-crise de 2008

- Agências multilaterais formulam agenda de estímulo à expansão continuada e ao fortalecimento dos processos de inclusão financeira
- Banco Mundial: **‘sistemas financeiros inclusivos’** como solução para equalizar oportunidades, reduzir a desigualdade e prevenir a pobreza, contribuindo para o crescimento econômico (o que não é verdade, pois a finança inibe o crescimento).
- BM: Finança vai disciplinar os pobres (através do pagamento da dívida, indispensável à metamorfose do indivíduo pobre em empreendedor) e por introduzir a lógica do colateral (incentivando a poupança, etc)
- “É preciso correr riscos (risk-taking), para enfrentar e superar os riscos presentes!

Novos Produtos Financeiros





QUESTÕES E DEBATES

OBRIGADA

